

Venda do anuênio é um retrocesso para trabalhadores

Foto: Benedito Maia/Arquivo

Fim do benefício faz parte do planejamento estratégico, que prevê a “desoneração da folha de pagamento”

Os trabalhadores terão até o próximo dia 15 para definir se irão vender um direito muito importante: o adicional por tempo de serviço. Presente no Acordo Coletivo de Trabalho, a compra do anuênio pela Cemig tem significados que não constam no Informador Gerencial.

Talvez seja bom parar para pensar porque é tão importante para a empresa comprar o anuênio. Por que a Cemig pagou quatro remunerações como PR Extraordinária só para incluir no ACT a compra do anuênio? O que a Cemig ganha com isso?

A própria diretora de Gestão Empresarial, Heleni Fonseca, deu algumas pistas durante uma teleconferência para apresentação dos resultados de 2005 para os investidores (leia texto abaixo). Para a diretoria do Sindieletro, a retirada do anuênio é mais uma prova de que a Cemig

está sob a batuta do mercado.

“No momento que a empresa tem lucro recorde e deveria estar gerando empregos, distribuindo renda e melhorando a qualidade de vida da população mineira, a diretoria da Cemig avança sobre direitos adquiridos para agradar os acionistas. Quanto menor a folha de pagamento, maior o lucro a ser dividido. Este ano a empresa distribuiu mais de R\$1 bilhão em dividendos para os sócios, mas eles querem mais”, analisa Wilian Wagner, coordenador da Regional Metalúrgica.

O fim do anuênio também abre caminho para a implantação da remuneração variável, uma ferramenta que não garante reajuste coletivo, individualiza a negociação e enfraquece a organização dos trabalhadores. Na prática, o adicional por tempo de serviço significa 1% de aumento ao ano e isso é incompa-



ACT 2005: Cemig utilizou toda forma de pressão para convencer o trabalhador a aceitar sua proposta

tível com a remuneração variável, que já está planejada e anunciada pela diretoria da empresa.

“A Cemig está agindo den-

tro de um planejamento estratégico, pensando no futuro. Já o trabalhador está sendo levado a agir de forma imediatista, a vender conquistas que certamente irão fazer falta no futuro e poderão comprometer, inclusive, sua aposentadoria. Não podemos ter opções individualizadas, a negociação tem de ser coletiva. Se não for assim, teremos perdas constantes. Esse ano a negociação salarial será muito mais difícil e precisamos estar preparados para isso”, afirma o coordenador-geral do Sindieletro, Marcelo Correia.

Para que os planos da diretoria da Cemig dêem certo, é fundamental enfraquecer a organização e representação sindical dos trabalhadores. Por isso, a

tentativa constante de fazer uma negociação individualizada e sem a participação do Sindieletro. “O desrespeito da Cemig é tão grande que o próprio RH/RS – que deveria ser um interlocutor da diretoria com a representação dos trabalhadores – se negou a repassar informações sobre a venda do anuênio ao sindicato. Isso comprova a intenção de confundir o trabalhador no momento de decisão tão importante para o seu futuro”, critica o diretor de Comunicação, Marcelo Borges.

O Sindieletro fez uma análise do prejuízo que essa negociação individual com a empresa irá significar a longo prazo para o trabalhador. Consulte o site www.sindieletromg.org.br

Teleconferência revela planos da Cemig

Durante a divulgação dos resultados de 2005, realizada no dia 10 de março, a diretora de Gestão Empresarial, Heleni Fonseca, explicou para o representante do Banco Pactual, um dos investidores da Cemig, o motivo da despesa considerada “relativamente alta com a Participação nos Resultados dos empregados”.

Heleni Fonseca afirma que o pagamento da PRE será recompensado com a retirada do anuênio e que, em menos de 3 anos, a Cemig irá recuperar o recurso gasto.

“Temos uma ação civil pública em relação à terceirização. Isso motivou avançarmos a negociação com os sindicatos no Acordo Coletivo de Trabalho do ano passado. O que normalmente a gente faz é dar 1 remuneração, 1,2 remuneração naquele período de negociação. Esse ano elevamos a 4 remunerações e introduzimos a negociação mais forte para solucionar a questão da Ação Civil Pública – que nos exigiria a colocação de seis mil eletricitistas –, contratando 3% da nossa força de trabalho direta a cada ano a

partir desse ano, ou seja, teremos aí 15% do valor da nossa força de trabalho, o que corresponderia em torno de 1.500 pessoas.

Isso nós teríamos ainda tido uma negociação com os comitês tanto do lado dos empregados quanto da Companhia para ver as atividades “primarizáveis” ou que seriam “terceirizáveis”. Essa negociação passou por essa discussão na época da negociação tirando esse anuênio. Já contratamos 115 trainees esse ano sem o anuênio e estamos contratando 489 profissionais, já resultado de um concurso amplo feito agora, também sem esse benefício. O “pay back” (retorno do investimento) dessa operação é de 2,9 anos, o que a empresa achou razoável com a negociação para desonerar a folha de pagamento, que é um dos objetivos nossos daqui pra frente.”

Você pode assistir a teleconferência acessando o site da Cemig. A apresentação está no link “Investidores”. Do lado direito da página você irá encontrar a “Divulgação Resultados 2005”. Basta cadastrar e assistir.

Eletricitário é eleito presidente da CUT Vale do Aço

Diretor do Sindieletro terá a missão de estimular a participação de mais sindicatos na Central e implementar o Plano de Lutas da entidade

O diretor financeiro do Sindieletro, Marcos Túlio Silva, é o novo presidente da CUT Vale do Aço. Ele foi eleito, por unanimidade, pelo Congresso Regional da entidade, que aconteceu nos dias 9 e 10 de abril na cidade de Coronel Fabriciano.

Cerca de 100 delegados da região participaram do encontro, onde foram escolhidos também 19 membros da nova diretoria. Marcos Túlio, que era membro da gestão anterior, terá a função de coordenar as atividades da CUT Vale do Aço, além de buscar

formas de estimular a participação de outros sindicatos na atual administração.

“A presença de Lúcio Guterres como vice-presidente da CUT Estadual e a minha na regional Vale do Aço fortalece a presença do Sindieletro no movimento sindical em Minas Gerais, além de facilitar a interação entre as gestões”, comenta Marcos Túlio.

Durante o congresso, também foi aprovado o Plano de Lutas da entidade para o próximo triênio e criada uma comissão para discutir assuntos relacionados à Previdência Social. O objetivo é apontar problemas e sugerir alterações de questões ligadas à aposentadoria para depois produzir um documento que será enviado à direção nacional da CUT.

Como novo presidente, Marcos Túlio já está envolvido com uma série de atividades ainda neste semestre. No mês de junho, por exemplo, será realizado na cidade de Itabira um seminário para esclarecer todos os pontos do Plano de Lutas, além de criar formas de melhorar o re-



Marcos Túlio Silva: vários desafios nos próximos três anos de mandato

lacionamento da regional com os sindicatos.

Ele também está trabalhando na criação de uma parceria com a Unileste para a elaboração de uma cartilha sobre cidadania e importância do voto.

Ainda neste ano, a direção estadual da CUT pretende ampliar a base da regional que atualmente conta com 40 sindicatos. A idéia é abranger cidades como Manhuaçu, Ponte Nova e, possivelmente, Governador Valadares. Marcos Túlio ressaltou que um dos maiores desafios de sua gestão será resolver os problemas da organização dos trabalhadores na região.

Campanhas Salariais

Acordo Funil

Os trabalhadores de Funil terão a data base prorrogada para 1º de junho. A pauta de reivindicação foi entregue à Cemig na terça-feira, dia 25, mas ainda não há reunião de negociação agendada. Segundo o coordenador da Regional Oeste, Celso Primo, a maior expectativa dos trabalhadores é quanto ao enquadramento salarial.

“Esses trabalhadores formam uma mão-de-obra especializada, foram contratados porque eram bons, e a empresa para atraí-los fez a promessa de aumentar o salário assim que estruturasse a usina. A proposta era o enquadramento salarial para todos os trabalhadores. É um desrespeito a Cemig hoje dizer que não prometeu nada”, critica Celso Primo. Para ele, a Campanha Salarial de Funil deverá seguir os moldes do ano passado, quando “os trabalhadores mostraram uma capacidade muito grande de mobilização”.

Acordo Sá Carvalho

Valeu a pena a resistência dos trabalhadores da Sá Carvalho que, apesar da pressão da gerência e do autoritarismo dos representantes da Cemig, mantiveram, desde janeiro, a mobilização para a Campanha Salarial. No dia 18 de abril a direção do Sindieletro oficializou, em reunião da Delegacia Regional do Trabalho, o Acordo com a direção da Usina, aprovado em assembléia dos trabalhadores.

Várias conquistas foram asseguradas como a reposição total das perdas registradas nos últimos 12 meses (5,05%) e aumento real de 2,49%. Apesar de prever PRs e PREs inferiores às praticadas pela Cemig, na avaliação do coordenador da Regional Vale do Aço, Wolmar Ferreira, graças à mobilização dos trabalhadores, houve grandes avanços na negociação. “A primeira proposta era terrível. O Acordo traz muitos avanços como a equiparação dos salários dos trabalhadores da Usina com os colegas da Cemig e a garantia de transporte especial até o local de trabalho”, avalia.

FALA TRABALHADOR

Fotos: Benedito Maia



A nova diretoria merece todo apoio da categoria, que deve ser ainda

maior do que o que foi demonstrado nas eleições. 96% dos votos válidos expressa uma aprovação muito boa, mas os trabalhadores têm que apoiar mais o trabalho do Sindieletro, que é tão bem feito. A categoria ainda falha neste ponto. Temos que nos organizar melhor para apoiar a nova gestão à altura do que ela merece.

Rodrigo Olímpio de Carvalho Cota, Técnico de Distribuição, DC/CM - AR



A nova diretoria terá uma tarefa muito difícil pela frente, pois, às

vezes, o Sindieletro fica meio desarticulado diante de algumas ações da Cemig. Terá que ser realizado um trabalho amplo para garantir a unidade da categoria e alcançar melhorias na vida do trabalhador. Isso será um desafio muito grande para a nova gestão, que já tem um histórico de lutas em defesa dos direitos de todos.

Sandro Fonseca, Técnico de Manutenção e Distribuição, DC/MC - AR

Forluz cobra taxas irregulares para exames

A Forluz tem cobrado indevidamente dos participantes exames médicos com valores superiores a R\$100,00. Segundo o regulamento do Prosaúde, procedimentos que ultrapassam este preço não podem ser descontados do bolso do trabalhador.

A co-participação deveria ser praticada somente em

procedimentos mais baratos que isso. Frequentemente, o problema tem sido observado nos exames de Endoscopia, que é composto de uma série de taxas que não excedem a quantia de R\$ 100,00 mas que, no somatório, sai por um preço acima deste valor.

Ocorre que a Forluz tem considerado isoladamente es-

tas taxas que compõe o valor total do exame. Segundo Cláudia Ricaldoni, diretora de Relações com os Participantes, a cobrança é ilegal e ilegítima e tem acontecido sempre.

Na última reunião do comitê do PSI, a questão foi tema de discussão e chegou-se ao consenso de que a Forluz deveria reavaliar o pro-

blema e verificar em quais outros exames o problema tem acontecido. “A maioria dos trabalhadores não sabe disso e tem arcado com uma despesa que não é sua”, finaliza.

Quem se sentir lesado, deve procurar o Sindieletro ou entrar em contato com a Forluz, através do telefone 0800-309009.

Audiência na Assembléia Legislativa comprova a distorção na tarifa da Cemig

Foto: Benedito Maia

Parlamentares, movimentos sociais e representante do Procon concordaram que a Cemig está penalizando o consumidor residencial em benefício dos clientes industriais

Por iniciativa do Deputado Edson Rezende (PT-MG), a Comissão de Defesa do Consumidor da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, realizou na quarta-feira, dia 26, uma Audiência Pública para discutir a política tarifária da Cemig.

O deputado afirmou ter convocado a audiência por constatar “*in loco*”, ao visitar municípios e distritos de Minas, a dificuldade da população para pagar a conta de energia. “*A queixa dos consumidores é a mesma e teve gente que chegou a dizer que ‘aquí em casa nós estamos decidindo se vamos comer ou pagar a conta de energia’*”, relatou o deputado.

Segundo Edson Resende, a política tarifária da Cemig não é compatível com uma empresa pública, já que o serviço de energia elétrica do estado está servindo à lógica do capital.

“*A empresa tem que dar lu-*

cro, é óbvio, mas não pode ser gerida exclusivamente em função do lucro. Assim como a saúde, é um serviço público. Foi com esse intuito que a Companhia Energética de Minas Gerais foi construída, mas a lógica neoliberal trouxe um outro olhar para a empresa”, criticou.

O gerente de atendimento do Procon Municipal, Antônio Vital, presente à audiência, contou que o atendimento que o órgão tem prestado aos clientes da Cemig é feito mais do ponto de vista social do que legal.

“*A maioria dos consumidores chegam e dizem ‘olha eu consumi, está aqui minha conta, mas eu não tenho como pagar’. O que eu acho grave é que o consumidor pode abrir mão de um plano de saúde e ir pro SUS, pode deixar de consumir determinado produto, mas energia não dá pra ficar sem. Essa tarifa está impraticável para o consumidor, não é justa*”,

opinou Antônio Vital.

Já o coordenador-geral do Sindieletro, Marcelo Correia, apresentou números que comprovam que o consumidor residencial está subsidiando a tarifa e o ICMS para a indústria, ao contrário do que afirmou a gerente de tarifa da Cemig, Maura Gallupo, também presente à Audiência Pública. Segundo ela, a indústria subsidia a tarifa residencial e “*a grande vilã é a carga tributária sobre a energia*”, minimizando as críticas quanto a política tarifária da Cemig.

Gasta muito e paga pouco

Mas os números não deixam margem de dúvida. Tanto o imposto quanto o preço do quilowatt pago pelos consumidores industriais estão bem abaixo da média paga pelos residenciais: R\$ 126,00 e R\$ 450,00, respectivamente.

Outro dado importante é quanto cada uma das classes corresponde no consumo e



Marcelo Correia revela a inconsistência dos números da Cemig

faturamento da empresa: consumidores residenciais respondem por 17% da energia consumida e 36% do faturamento, já os industriais utilizam 59% da energia, mas contribuem com apenas 33% do faturamento.

“*Essa história de que este ano a Cemig dará reajuste maior para a classe industrial é uma mentira, porque a maioria delas é consumidor livre, negociam o preço diretamente com a empresa*”, criticou Correia. Ele tam-

bém criticou a falta de transparência do representante da Cemig na audiência, que “*afirmou que os 100 grandes consumidores da Cemig pagam uma das menores tarifas do país, em média apenas R\$ 67,00 por kwh*”.

Contudo, foi incapaz de responder qual o custo dessa energia para a Cemig, deixando dúvidas de quem está subsidiando a tarifa para as indústrias, se a própria Cemig ou o consumidor residencial.

Cemig entrega R\$500 milhões para os sócios estrangeiros

Enquanto a Cemig penaliza os consumidores residenciais com tarifas e impostos pesados, a empresa distribuiu R\$1 bilhão em dividendos para os seus sócios na última sexta-feira.

Mais da metade desse valor (54%) foi pago a AES e outros investidores estrangeiros, o que significa que R\$ 500 milhões foram remetidos ao exterior através de uma empresa que deve bilhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Esses recursos correspondem a 40% da arrecadação de ICMS no mês de março e com

eles seria possível construir duas Linhas Verdes. Outros 24% dos dividendos serão pagos ao Governo do Estado, do qual 65% serão retidos para começar a quitar a dívida que o Governo tem com a Cemig, referente a CRC (Contas de Resultados a Compensar), no total de R\$2,9 bilhões. Outros 22% irão remunerar os acionistas privados nacionais.

Questionado sobre essa divisão de dividendos, o diretor de Finanças, Participações e Relações com Investidores da Cemig, Flávio Decat, afirmou que “*faz parte da nossa política distribuir grande parte dos lucros aos nossos acionistas*”.

Novo delegado do trabalho visitou Sindieletro

No dia 11 de abril, a direção do Sindieletro recebeu a visita do novo titular da Delegacia Regional do Trabalho (DRT-MG), Antônio Roberto Lambertucci. Durante a visita foram debatidos dois temas de grande interesse dos eletricitários que são a implantação da nova Norma Reguladora (NR 10) e a organização dos terceirizados que prestam serviços à Cemig.

Lambertucci considerou “*elogiável e corajosa*” a iniciativa do Sindieletro de organizar os trabalhadores terceirizados. “*Esse é o verdadeiro movimento sindical*”, destacou.

O diretor do Sindieletro, Carlos Alberto de Almeida (Gonzaguinha), disse que o

encontro foi da máxima importância para incorporar os quase quatro mil eletricitistas, atendentes e leituristas terceirizados, já inseridos nas atividades cotidianas da Cemig, à representação do Sindieletro. “*A intermediação da DRT confirma a importância dessa representação e fortalece a Campanha Salarial dos terceirizados em todo o Estado*”, avalia Gonzaguinha.

Segurança no trabalho

Sobre a implantação da Nova NR 10, Lambertucci disse ter sido informado de que ainda há na Cemig trabalho isolado em diversas atividades e que o assunto precisa urgentemente ser discutido. “*O sin-*

dicato tem o papel importante de ajudar a DRT a focar a sua fiscalização”, afirmou o delegado do Trabalho.

O coordenador-geral do Sindieletro, Marcelo Correia, destacou que há denúncias de manutenção de umplás, especialmente nas atividades nas subestações, expansão e planções itinerantes.

“*A Cemig diz que a NR 10 não é clara e o Sindimig, que representa as empreiteiras nas negociações, tenta descaracterizar o risco nestas atividades. Esperamos que na reunião intermediada pela DRT haja consenso sobre as atividades que podem ser isoladas, sem risco para a segurança dos eletricitários*”, ressalta Correia.

Entidades discutem medidas para conter trabalho precário e terceirização

OIT, STS e Ministério do Trabalho discutiram o fim do emprego, terceirização e medidas de segurança para o trabalhador. Próxima Conferência da OIT deve aprovar recomendação que terá que ser seguida por 60 países, incluindo o Brasil

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) definirá, na sua próxima Conferência, que será realizada em junho, em Genebra, medidas internacionais para a proteção dos trabalhadores contra o trabalho precário, disfarçado de novas formas de admissão como a terceirização.

Representantes do Tribunal Superior do Trabalho (TST), da OIT, do Ministério Público do Trabalho e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) se reuniram em Brasília, no dia 11 de abril, para analisar a tendência mundial de precarização dos contratos de trabalho.

O encontro, que reuniu também representantes de empregados e empregadores, analisou uma pesquisa sobre a situação do trabalho no mundo, que mostra os avanços da terceirização e outros vínculos trabalhistas precários. O consultor da OIT, Enrique Marin, apresentou o relatório sobre “A Relação de Trabalho”, que trata das modalidades de trabalho em regime de subcontratação, em especial das chamadas “relações triangulares” – ou terceirizadas.

O professor destacou que nestes contratos há dificuldade até mesmo de definir quem é o

empregador, com repercussões negativas não só para os trabalhadores e suas famílias, mas também para as empresas e a sociedade já que envolve até questões de segurança. O documento define as bases do que a OIT entende por relação de trabalho e busca combater o fim do emprego, uma ameaça causada, sobretudo, pela globalização e pelo avanço tecnológico.

A socióloga Laís Abramo, diretora do Escritório da OIT no Brasil, afirmou que a relação de emprego vem se tornando difusa, com o surgimento e o res-

surgimento de novas e velhas formas de contratação. “A pressão do mercado e a crise mundial do emprego têm gerado déficit de trabalho decente o que impede as nações de erradicarem a pobreza e de promoverem a igualdade social”, adverte.

Em 2005, os participantes da Conferência da OIT assumiram o compromisso com a “Agenda Global de Trabalho Decente”. Laís Abramo explica que o trabalho decente é “um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e se-



Foto: Lindomar Cruz/ABR

Seminário da OIT discutiu os efeitos perversos da terceirização

gurança, e capaz de garantir uma vida digna, baseado nos direitos e princípios fundamentais no trabalho, a promoção do emprego de qualidade, a extensão da prote-

ção social e o diálogo social”.

O ministro Luiz Marinho ressaltou a atuação da Fiscalização do Trabalho como um fator de redução do déficit de trabalho decente. A partir da constatação de formas disfarçadas de relação de trabalho, a OIT quer fixar normas para distinguir trabalhadores assalariados e independentes, combater as relações de trabalho disfarçadas, estabelecer normas aplicáveis para trabalho terceirizado, definindo o empregador e os direitos do trabalhador e quem deve responder por essas obrigações.

A nova recomendação mundial da OIT deve pedir atenção especial para afetados pelo trabalho precário, “incluindo as trabalhadoras, os jovens, os idosos, os trabalhadores informais, os migrantes e os demais trabalhadores em situação vulnerável”.

Terceirizações são ilegais

Apesar da legislação brasileira prever apenas dois casos em que pode ocorrer terceirização – trabalho temporário e serviços de vigilância e transporte de valores – as empresas privadas e até públicas, como a Cemig, vêm adotando esta prática de forma indiscriminada. O Ministério Público do Trabalho combate as terceirizações ilegais e denuncia o crescimento até de empresas que sub-empreitam serviços. Além de precarizar as relações de trabalho, as ter-

ceirizações ilegais levam a outras irregularidades amplamente denunciadas pelos sindicatos como o descumprimento das normas de segurança e saúde.

A Procuradora-Geral do Trabalho, Sandra Lia Simon, disse que uma das preocupações centrais do Ministério Público do Trabalho, órgão com poderes no Brasil diferenciado de outros países, é combater a fraude no trabalho, levada a cabo pela terceirização e outras formas de contratação. “Nossa preocupação é evitar que as po-

líticas de combate ao desemprego tragam ainda mais precarização ao trabalho e prejuízos para a qualidade de vida dos trabalhadores”, explicou.

Muitas empresas tentam diluir a figura do empregador através de terceirizações, estimulando o surgimento de falsas parcerias, cooperativas e contratações por “gatos”. O MPT possui 1.886 procedimentos em andamento relativos a denúncias de cooperativas fraudulentas atuando no país.

